

O discurso do empreendedorismo e sua aplicação social: Uma reflexão a partir da realidade das pessoas com deficiência



Mateus Cerqueira Anício Morais¹; Karina Ferreira da Silva Matos¹;
Wesley de Almeida Mendes¹; Fernanda Gabriela Gandra Pimenta Magalhães¹

¹ Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

O empreendedorismo se tornou um importante fenômeno que acompanhou as diversas transformações da sociedade ao longo da história, que chegou ao capitalismo contemporâneo por meio de um discurso que transborda a esfera econômica, atingindo as mais diversas instâncias da vida pessoal dos indivíduos. Nesse sentido, o comportamento empreendedor passou a ser apresentado como um modelo a ser seguido por todos, em todos os lugares e em todos os momentos. Esse processo dispõe sobre a sociedade uma nova ética empresarial do trabalho, que constrói um conjunto de valores utilitaristas nos relacionamentos sociais, trazendo para o cotidiano pessoal, as perspectivas produtivas do ambiente empresarial. As limitações apresentadas por esse processo de disseminação do modelo empreendedor se destacam à medida que são refletidas sob o entendimento de realidades específicas como as apresentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência. Esse artigo visa proporcionar uma reflexão sobre a aplicação do discurso do empreendedorismo na realidade de pessoas com deficiência, nesse sentido, são apontadas possíveis incompatibilidades entre o modelo empreendedor contemporâneo e o processo de inclusão social de minorias, como é o caso da realidade das pessoas com algum tipo de deficiência.

Palavras chave: Empreendedorismo. Minorias. Inclusão social.

ABSTRACT

Entrepreneurship has become an important phenomenon that has accompanied the various transformations of society throughout history, which reached contemporary capitalism through a discourse that overflows the economic sphere, reaching the most diverse instances of individual's life. In this sense, the entrepreneurial behavior came to be presented as a model to be followed by everyone, everywhere and at all times. This process has created on society a new business ethic of work, which builds a set of utilitarian values in social relationships, bringing the productive perspectives of the business environment to everyday life. Some limitations in the process of dissemination of the entrepreneur model start to appear when they are reflected under the understanding of specific realities, such as those presented by people with some type of disability. This article aims to provide a reflection on the application of the discourse of entrepreneurship in the reality of people with disabilities, in this sense, it is pointed out possible incompatibilities between the contemporary entrepreneurial model and the process of social inclusion of minorities, as is the case of the reality of people with some kind of disability.

Key Words: Entrepreneurship, Minorities, Social Inclusion

1 INTRODUÇÃO

O conceito de empreendedorismo, bem como seus desdobramentos teóricos e práticos, tem ganhando espaço entre os governos, as entidades de classe e outras organizações, sendo entendido como a principal base de incentivo ao crescimento econômico, para a geração de empregos e aumento da renda (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011). Diante essa propagação do discurso empreendedor, há autores que consideram o atual período como era do empreendedorismo (AIDAIR, 2007, DORNELAS, 2008), e outros observam um nascimento de um capitalismo empreendedor (LITAN, 2008).

Entende-se que o empreendedorismo não é uma novidade da contemporaneidade, mas representa um resgate da importância dada ao empreendedor ao longo da história, que já era tido como um agente-chave para a construção das riquezas das nações. Como colocado pelo empresário Jean-Baptiste Say no século XVIII, “não existem obstáculos insuperáveis para o desenvolvimento. Não existem limites para o enriquecimento de uma nação [...] o bem-estar de um país depende da sua população ativa, do progresso técnico, do dinamismo de seus empresários” (SAY, 1983, p. 31).

Costa *et al.*(2011) em seu artigo sobre a dimensão histórica dos discursos acerca do empreendedor e do empreendedorismo, argumenta que o resgate da importância desse fenômeno não acontece de forma literal, mas se aplica à atualidade a partir de uma releitura cabível aos novos contextos que caracterizam o nosso século. Segundo o autor, o discurso do empreendedorismo chega ao nosso tempo construindo uma nova ética empresarial, destacando que o empreendedor já não pode ser uma figura rara como se apresentava nos tempos passados, mas o transforma em “um fenômeno de massa” (LÓPEZ-RUIZ, 2007, p. 30), em um modelo recomendado para os povos que buscam o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico.

É nesse sentido que o discurso do empreendedorismo tem sido incentivado e por isso propagado nas várias instâncias da sociedade, não apenas refletindo as relações sociais do presente, mas também as construindo através da definição de um perfil ideal a ser seguido pelas massas (COSTA *et al.*, 2011). Entende-se no presente trabalho, que a figura do empreendedor pode ter se tornado um modelo ideal, propício de ser apresentado aos mais diversos perfis sociais, construindo assim, novas relações e novos comportamentos entre os indivíduos.

Nesse sentido vale a pena refletir sobre a construção desse modelo e as condições de sua aplicação na sociedade. Além disso, visto que modelos ideais inseridos sobre os indivíduos dificilmente abrangem a pluralidade de contextos e os

diversificados perfis sociais, entende-se que o rótulo do empreendedor pode se tornar uma meta de difícil alcance para algumas pessoas, e conseqüentemente, uma via de frustração ou segregação à medida que tal modelo se torne um artigo de *status* para uma maioria.

Tendo como base essa perspectivas, o presente trabalho visa provocar uma reflexão sobre o perfil do empreendedor construído ao longo da história e assim entender as conseqüências da aplicação desse construto na realidade das pessoas com deficiência. Para tanto, além desse primeiro tópico, os autores refletem na segunda seção sobre a construção da figura do empreendedor e sua aplicação na sociedade, em um terceiro momento busca-se entender a realidade das pessoas com deficiência física destacando assim seus desafios perante a aplicação da ótica empreendedora, por fim, se conclui o trabalho ressaltando as limitações do discurso do empreendedorismo ao se aplicar o modelo de empreendedor à realidade dos indivíduos nessa situação.

2 UM MODELO DE EMPREENDEDOR E SUA APLICAÇÃO NA SOCIEDADE

O discurso do empreendedorismo vem perpassando a história desde sua gênese durante o período de formação do capitalismo industrial e seu conteúdo tem assumido inúmeros formatos, em diferentes contextos, não somente refletindo as relações sociais em determinados momentos, mas principalmente construindo-as segundo sua lógica (COSTA; BARROS; CARVALHO; 2011).

A figura do empreendedor se apresenta, nesse processo construtivo, com um papel de grande destaque, uma vez que é através do comportamento desse ator que o discurso do empreendedorismo se materializa em um fenômeno passivo de ser estudado e propagado na sociedade. Essa figura se destacou de tal modo que, definir o que seria esse agente empreendedor se tornou o objeto de desejo de vários teóricos clássicos (MACHADO; NASSIF, 2014) e ainda hoje representa grande parte dos estudos aplicados sobre a temática do empreendedorismo na Administração (VALE, 2014).

Tal definição, no entanto, tem se apresentado ainda imprecisa e inconclusiva na teoria do empreendedorismo a ponto de Kilby (1971) comparar as pesquisas nesse tema, a uma metáfora em que vários caçadores se empenham a capturar um animal imenso, o *heffalump*, lançando mão das mais engenhosas artimanhas, mas infelizmente apenas registram os seus rastros e imaginam a sua grandeza. Para esse autor, o empreendedor se tornou um ser de difícil compreensão e os esforços díspares de defini-lo tem gerado o perfil de um agente cada vez mais ligado ao imaginário dos pesquisadores e, portanto, afastado da realidade.

É nesse sentido que Walker (1989) afirma que se trata de “uma palavra que pode significar tudo e nada, [...] que não tem um significado intrínseco [...] que remete a vários pontos sem chegar efetivamente a nenhum deles” (Walker, 1989, p. 164).

Sabe-se que essa amplitude de definições sobre o empreendedor na verdade é resultante de uma construção histórica. Em um estudo que versava as origens do empreendedorismo, Vale (2014) relata que as primeiras proposições sobre o empreendedor surgiram na França, no século XVIII com o termo “entrepreneur” – sendo que o primeiro uso da palavra ‘empreendedorismo’ foi evidenciado por Richard Cantillon, em 1755, para explicar a postura de receptividade ao risco de comprar algo por um preço e vendê-lo em um regime de incerteza.

No âmbito da Economia, o economista Cantillon inferiu que o empreendedor possuía visão e confiança para operar em condições em que os custos eram conhecidos e os resultados/recompensas incertos. Jean Batist Say, outro teórico dessa vertente, afirmou que esse indivíduo seria capaz de alterar os recursos econômicos de uma área de baixa produtividade, transformando em uma área de produtividade e lucratividade elevadas. Para Say, o empreendedor é um agente de mudança, e representa um manifesto de dissensão: o empreendedor perturba e desorganiza (DRUCKER, 1986).

Os comportamentalistas agregaram novas considerações na evolução do termo quando Max Weber, em 1930, afirmou que as pessoas inovadoras e independentes, cujo papel de liderança nos negócios inferia uma fonte de autoridade formal, também eram consideradas empreendedoras. Outro autor importante dessa abordagem, David C. McClelland, mostrou que o ser humano é um produto social e tende a reproduzir os seus próprios modelos, dessa forma o perfil empreendedor poderia ser criado dentro das organizações (BERNARDI; GUIMARÃES, 2008). Nesse sentido Drucker (1986) complementa afirmando que a cultura e os valores são fundamentais para a formação do empreendedor ao longo de seu tempo de vida. Assim, os indivíduos podem se tornar empreendedores sendo a pessoa certa, no lugar e momento apropriados (MITCHELL *et al.* 2000).

Desenvolvidas sobre diferentes prismas, essas abordagens oferecem à teoria do empreendedorismo uma noção ampla sobre a figura do empreendedor que chega à contemporaneidade atrelada um modelo de vida carregado de valores utilitários que dificilmente se adéquam a todas as formas de comportamentos da sociedade sem que haja um devido sacrifício (COSTA; BARROS; CARVALHO, 2011).

O empreendedor ainda se apresenta na literatura como um agente flexível, inovador, aberto ao risco, receptivo às mudanças, motivado ao trabalho, criativo, político, proativo, informado, agressivo na busca por ganhos pessoais, manipulador,

líder, individualista, entre outras características (ANALOU *et al.*, 2009; PROVOST, 2003; CROWE 2003).

Diante dessa gama de particularidades, se torna difícil crer que todos os indivíduos que empreendam os seus próprios negócios ou que atuem em empreendimentos de terceiros, possam apresentar de alguma forma em seus perfis comportamentais todos esses traços empreendedores simultaneamente. A presente reflexão não permite comprovar a inexistência desses indivíduos, mas entende-se que, em um mundo no qual o perfil empreendedor se tornou uma conduta exemplar de comportamento, que extrapolou o âmbito estritamente organizacional e se disseminou na vida cotidiana (LÓPEZ-RUIZ, 2007), estima-se que tal modelo se torna inadequado à pluralidade de personalidades existentes na esfera social, tornando-se um elemento de discurso, construtor de uma busca, por parte de uma maioria que, não possuindo simultaneamente todas essas características, se moldam para se tornarem os “verdadeiros empreendedores”.

As várias características do empreendedor já não representam aqueles que empreendem, mas se reproduzem na sociedade como uma meta apresentada à vida pessoal de cada indivíduo, nesse sentido, chega-se a premissa de que todos não só podem ser empreendedores, mas devem ser empreendedores a todo custo e a todo o momento.

Costa *et al.* (2011) refletindo sobre esse fenômeno, salientam que na sociedade contemporânea, o modelo de empreendedor disseminado para a vida dos indivíduos, tem definido padrões de buscas e comportamentos deterministas e exclusivistas. Isso por que diante do leque de características que definem o empreendedor, o modelo disseminado na sociedade se torna uma meta de elevado padrão aplicada a muitos, mas acessível a poucos.

Pode-se dizer então que o perfil empreendedor propagado na sociedade contemporânea não se mostra como um valor intrínseco aos diversos perfis sociais, mas sim, como um rótulo a ser conquistado pelos indivíduos. Levando em consideração que existem na sociedade vários perfis e vários contextos, convém refletirmos sobre as adequações e as consequências da aplicação dessa dinâmica empreendedora sobre a vida de pessoas que possuem maiores desafios para se enquadrar a essa lógica. Nesse contexto se inserem as pessoas que apresentam alguma forma de deficiência. A realidade das mesmas permite que se levantem algumas questões interessantes a serem refletidas e que serão trabalhadas no presente trabalho.

3 A APLICAÇÃO DO MODELO DE EMPREENDEDORISMO SOBRE A REALIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS

O Decreto nº 3.289/99 define como deficiência “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano”. Segundo essa definição, não necessariamente os indivíduos que se enquadram nesse grupo social estão incapacitados de exercer as diversas atividades comumente realizadas no cotidiano, mas os apresentam com características que os colocam em uma condição de maiores desafios dentro do processo de realização dessas ações.

As pessoas com deficiências constituem um grupo da população que historicamente sofreu com diversos preconceitos e que frequentemente foi mantido isolado e sem recursos para que pudesse desenvolver seu potencial. Sobre essa questão, Souza (2009) afirma que ao longo da história, a sociedade praticava a exclusão social desses indivíduos e estabelecia padrões que os definiam como seres incapazes de realizar qualquer atividade relacionada ao trabalho.

Mesmo assim, ressalta-se que muitas vezes as pessoas com deficiências são marginalizadas, na maioria dos casos, por total desconhecimento da sociedade sobre o potencial das mesmas, o que as levam a serem consideradas como incapazes de realizar qualquer atividade produtiva. Para Barbosa (2012), esse cenário muitas vezes é construído devido à falta de conhecimento e informações sobre a situação dos deficientes por parte da sociedade, que amiúde os subjugam a uma condição de “problema social”.

Maior (1997) enfatiza que a pobreza e a marginalização social atingem cruelmente as pessoas com deficiência. Segundo a autora, essa situação decorre principalmente das dificuldades enfrentadas por esses indivíduos em acessar a saúde e a educação, sendo estes elementos de fundamental importância para que todas as suas habilidades sejam desenvolvidas, assim a discussão sobre quais são os fatores que limitam a inserção da pessoa com deficiência na vida social e produtiva do país se torna um grande desafio.

As políticas públicas tendem a garantir que as pessoas com deficiência estejam amparadas, contudo a inserção no mercado de trabalho ainda encontra algumas barreiras como à falta de qualificação e o preconceito. Diante desta situação observa-se que existem pessoas com deficiências com poucas ou até mesmo sem perspectivas de conseguirem um emprego formal.

Considerando-se que atualmente as organizações exigem alta capacitação e grande produtividade, uma boa qualificação profissional é um item indispensável para se conseguir e se manter em um emprego. Portanto, a pouca qualificação pode ser considerada, como o fator que mais dificulta a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Sendo assim, propõe-se aos governos pensem em políticas públicas que possibilitem as pessoas portadoras de deficiência a acessarem saúde e educação de forma que consigam ter condições de vida dignas e também condições de atuar efetivamente na sociedade, tornando possível a qualificação profissional e a posterior inserção efetiva no mundo trabalho.

Diante desse cenário, pensa-se num primeiro momento que incentivar um comportamento empreendedor entre os indivíduos presentes nesse grupo social seria um caminho viável, pois sobre essa ótica, os mesmos poderiam superar seus desafios, utilizando suas capacidades físicas e intelectuais em benefício próprio através do mercado. É nesse sentido que Hoselitz (1957) elabora uma proposição teórica relacionando o tema empreendedorismo e exclusão social. O autor enfatiza que o empreendedor possui uma “posição ambígua sob um ponto de vista cultural, étnico ou social e, devido a isso, fortemente motivado a realizar ajustes criativos em situação de mudança ou [...] desenvolver inovações genuínas no comportamento social” (Hoselitz, 1959, p. 38).

Nesse sentido o empreendedorismo pode atingir a realidade das pessoas com deficiência física, sendo encarado como um fenômeno de transformação de vida, capaz de retirar esse indivíduo de uma condição de exclusão para um patamar social e econômico mais elevado. Essa perspectiva ganha força no contexto do capitalismo contemporâneo (COSTA *et al.* 2011), que transformou o perfil de empreendedor em um conceito amplo, modelado como um parâmetro para os mais diversos segmentos sociais.

Esse modelo de empreendedor, na verdade se aplica à situação das pessoas com deficiência inebriado por um discurso neoliberal (COSTA, *et al.* 2011) que prioriza o individualismo e a livre iniciativa. Dessa forma, medidas de acessibilidade e inserção social que possivelmente garantiria aos indivíduos nessa situação a atingirem suas condições mais básicas de concorrência de mercado, seriam substituídas pelo foco na capacidade dos mesmos de inovarem e, por “si só”, transpassarem as barreiras que os separam da normalidade cotidiana.

Sendo assim, este conceito de empreendedorismo considera que todos podem ser empreendedores, não levando em conta as peculiaridades dos indivíduos, que no caso das pessoas com deficiência, apresentam demandas específicas, como estruturas que possibilitem a acessibilidade, meios que minimizem as dificuldades de

locomoção, aparatos que melhorem a comunicação do deficiente com as demais pessoas, entre outras necessidades.

Observa-se que estas demandas específicas somadas às desigualdades sociais e preconceitos enfrentados pelas pessoas com deficiência, produzem uma inconsistência ao se tentar englobar este grupo da sociedade nos conceitos tradicionais do empreendedorismo. Ressalta-se que a pessoa com deficiência deve além de transpassar suas limitações pessoais também são desafiadas a conseguir se adequar a condições e estímulos econômicos que não consideram suas especificidades.

O perfil do empreendedor é composto por uma série de características centradas no comportamento dinâmico, enfatizadas na capacidade dos mesmos de gerar produtividade, inovação, e renda (BUENO *et al*,2004). Estima-se no presente trabalho que, diante das limitações e dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência, o modelo de empreendedor que já se apresenta inadequado à pluralidade existente na sociedade, se torna na realidade desses indivíduos um conceito pouco compatível, limitado para ser aplicado em um contexto em que a inclusão social se apresenta como um grande desafio. Entende-se também que a contemplação de tal modelo por parte de uma maioria da sociedade pode gerar ainda mais exclusão a esse grupo de indivíduos, que muitas vezes é intensificada pelos princípios utilitaristas propagados por essa vertente.

Desta forma nota-se que os incentivos e o conceito de empreendedorismo são limitados no que tange as pessoas com deficiência. Sendo necessário por parte dos indivíduos desse grupo que desejam ser empreendedores, uma disposição a transpor barreiras, ainda maior do que para as demais pessoas, aja visto que além dos obstáculos econômicos, mercadológicos e culturais, as pessoas com deficiência também enfrentam suas limitações físicas ou intelectuais, além do preconceito da sociedade e por vezes, até mesmo a indiferença por parte do poder público.

4 CONCLUSÃO

O empreendedorismo se tornou um importante fenômeno que acompanhou as diversas transformações da sociedade ao longo da história, esse fenômeno chegou ao capitalismo contemporâneo por meio de um discurso que transborda a esfera econômica para a sociedade, atingindo as mais diversas instâncias da vida pessoal dos indivíduos.

Nesse sentido, o comportamento empreendedor se apresenta como um modelo a ser seguido por todos, em todos os lugares e em todos os momentos. Esse processo dispõe sobre a sociedade uma nova ética empresarial do trabalho que constrói um conjunto de valores utilitaristas nos relacionamentos sociais, trazendo para o cotidiano pessoal, as perspectivas produtivas do ambiente empresarial.

As limitações apresentadas por esse processo de disseminação do modelo empreendedor se destacam à medida que são refletidas sob o entendimento de realidades específicas como as apresentadas pelas pessoas com algum tipo de deficiência. Isto se dá principalmente por causa das especificidades deste grupo.

Em uma realidade saturada de exemplos de desigualdades sociais, preconceito, incompreensão, falta de acessibilidade, e outros inúmeros desafios a serem vencidos, o discurso do empreendedorismo pode emergir como uma variável de intensificação da exclusão social, uma vez que exalta entre seus símbolos um modelo dificilmente alcançável pela maioria das pessoas, acompanhado por um discurso individualista, antagônico aos princípios de acessibilidade e inclusão social.

A reflexão sobre essa realidade permite concluir que o perfil empreendedor, como é apresentado no mundo contemporâneo, pode estar propagando na sociedade uma lógica que intensifique um processo de exclusão social dos mais diversos grupos que apresentam maiores dificuldades de se enquadrarem a esse modelo. Em um mundo democrático em que as ideias de igualdade material ganham força em auxílio àqueles que historicamente foram excluídos de seus direitos, tal discurso se apresenta como uma contradição a esse movimento, sendo necessário sobre aquele, uma reestruturação, principalmente no que tange ao constructo do perfil empreendedor.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANALOUFI F., MOGHIMI S. M., KHANIFAR H., Public sector managers and entrepreneurship in Islamic Republic of Iran, **Journal of Management Development**, v. 28, n. 6, p. 522 – 532, 2009.

BARBOSA, T.; SCOTT, J.; SMEHA, L. **Políticas públicas para pessoas com deficiência e suas implicações**. Santa Maria, 2012. Disponível em: <<http://www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/6381.pdf>> Acesso em: 25 de junho de 2014.

BERNARDI, M. M. E., GUIMARÃES, T. B. Empreendedores públicos: uma experiência de gestão estratégica de pessoas na administração pública do Estado de Minas Gerais. **Anais do Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y La Administracion Pública**, Argentina, 13. Novembro, 2008.

BUENO, A. M., LEITE, M. L. G, PILLATI, L. A. Empreendedorismo e comportamento empreendedor: como transformar gestores em profissionais empreendedores. **XXIV Encontro Nac. de Eng. de Produção** - Florianópolis, SC, Brasil, 2004

COSTA, A. M., BARROS, D. F., CARVALHO J. L. F. A Dimensão Histórica dos Discursos acerca do Empreendedor e do Empreendedorismo. **RAC**, Curitiba, v. 15, n. 2, art. 1, pp. 179-197, Mar./Abr. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/rac>>.

CROWE J., The Forging of Judicial, Political Entrepreneurship and the Reforms of William Howard Taft, **The Journal of Politics**, Vol. 69, No. 1, pp. 73-87, Feb., 2007.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus. 2008.

DRUCKER, P.F. **Innovation and Entrepreneurship: Practice and Principles**. Londres: Butterworth-Heinemann, 1985.

HOSELITZ, B. F. Noneconomic factors in economic development. The **American Economic Review**, Vol. 47, n. 2, p.28-41. 1957.

KILBY, P. Hunting the heffalump. In P. Kilby (Ed.), **Entrepreneurship and economic development** , pp. 1-40, New York, NY: Free Press. 1971.

LÓPEZ-RUIZ, O. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial. 2007.

MACHADO, H. P. V., NASSIF, V. M. J., Réplica - Empreendedores: Reflexões sobre Concepções Históricas e Contemporâneas, **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, pp. 892-899, Nov./Dez. 2014. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/rac>>

MAIOR, I. M. M. L. Políticas públicas sociais para as pessoas portadoras de deficiência no Brasil. **Caderno de pesquisa**, nº 7, maio/1997. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/politicas_publicas_sociais.pdf> Acesso em: 25 de junho de 2014.

MITCHELL, R. K.; BUSENITZ, L. W.; BIRD, B.; GAGLIO, C. M.; MUELLER, S. L.; THOMAS, A. S. Culture and entrepreneurial potential: a nine country study of locus of control and innovativeness. **Journal of Business Venturing, Bloomington**, EUA, v. 16, p. 51-75, 2000.

PROVOST C. State Attorneys General, Entrepreneurship, and Consumer Protection in the New Federalism, **Publius: The Journal of Federalism**. Vol. 33, n. 2, 2003.

SANTOS, L. Apresentação. In **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais** (Org. López-Ruiz), pp. 11-22. Rio de Janeiro: Azougue Editorial. 2007.

SAY, J. B. **Tratado de economia política** [Coleção Os economistas]. São Paulo: Abril. 1983.

SOUZA, M. R. KAMIMURA, A. L. M. **Pessoas com deficiência e o mercado de trabalho**. VII Seminário de Saúde do Trabalhador e V Seminário O Trabalho em Debate "Saúde Mental Relacionada ao Trabalho", dezembro/2009. Disponível em:<<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n7/a24.pdf>> Acesso em: 25 de junho de 2014.

VALE, G, M, V. Empreendedor: Origens, Concepções Teóricas, Dispersão e Integração. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, pp. 874-891, Nov./Dez. 2014.

WALKER, R. Marxism-Leninism as discourse: the politics of the empty signifier and the double bind. **British Journal of Political Science**, Vol, 19, n. 2, 161-189, 1989.